



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA REQUERIMENTO Nº ____ DE
2024

(Do Sr. Glauber Braga)

Requer a realização de Audiência Pública sobre a atuação da Universidade Estácio de Sá no município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de Audiência Pública para questionar a atuação da Universidade Estácio de Sá no município de Nova Friburgo – RJ, com os seguintes convidados:

1. Ricardo da Gama Rosa Costa – Diretor do Sinpro – Sindicato dos Professores de Nova Friburgo e Região;
2. Pedro Maia de Almeida Araújo – delegado sindical do Sinpro NF na Estácio de Nova Friburgo;
3. Adílson Samora – diretor da Estácio no campus Nova Friburgo;
4. Thiago Moreira – representante da direção estadual da UNESA - RJ;
5. Um(a) representante dos estudantes da Estácio de Nova Friburgo;
6. Um(a) representante do **Ministério da Educação**;





7. Um(a) representante do **Ministério Público do Trabalho**;
8. Um(a) representante da FETEERJ (Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio de Janeiro);

Apresentação: 19/03/2024 09:56:17.287 - CLP

REQ n.25/2024

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento de audiência pública, a ser realizada no Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, é uma tentativa de promover um diálogo abrangente entre professores, estudantes, direção da Estácio de Sá, entidades representativas e autoridades competentes na área da Educação e do Ministério Público do Trabalho, tendo em vista as inúmeras denúncias encaminhadas pelo Sindicato dos Professores acerca da atuação da Universidade Estácio de Sá no município e na região, desrespeitando direitos básicos do professorado, reduzindo carga horária sem maiores justificativas, cortando salários de forma ilegal, promovendo demissões em massa, descumprindo o Acordo Coletivo da categoria ao superlotar as salas de aula, oferecendo aulas no formato virtual para além do permitido pelo MEC, dentre outras irregularidades.

Este apelo busca apoio para promover uma discussão que coloque em primeiro plano os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do ensino superior privado e também dos estudantes, que pagam mensalidades caras e não têm na contrapartida o ensino de qualidade desejado, pois com turmas superlotadas é impossível ao/a professor/a conseguir ministrar aulas com a eficiência perseguida por todos os profissionais da educação, os quais inclusive vêm sofrendo com as doenças provocadas pelo excesso de trabalho.

Sala da Comissão, em ____ de março de 2024.

Deputado **GLAUBER BRAGA**
PSOL/RJ

